



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1765/03	DATA: 22/10/2003
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 16h47min	DURAÇÃO: 01h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h46min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALCIOMAR GOERSCH - Diretor de Administração e Logística da Polícia Federal.
FRANCISCO CARLOS GARISTO - Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

SUMÁRIO: Condições de trabalho do Departamento de Polícia Federal. Orçamento da instituição para o exercício de 2004.

OBSERVAÇÕES

Houve exibições de imagens.
Há orador não identificado.
Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública convocada para discutir as condições de trabalho da Polícia Federal e para tratar de questões orçamentárias, administrativas e legais.

Mais uma vez, quero contar com o apoio e a colaboração de todos. Para debater o tema da reunião, foram convidados o Sr. Francisco Carlos Garisto, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais; o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; e o Exmo. Sr. Deputado Jorge Bittar, Relator do projeto de lei orçamentária para 2004.

Comunico ao Plenário que, diante da impossibilidade de comparecimento do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, foi indicado para representá-lo o Sr. Alciomar Goersch, Diretor de Administração e Logística da Polícia Federal.

Neste momento, convido os expositores a tomarem assento à mesa: Sr. Francisco Carlos Garisto, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais; Sr. Alciomar Goersch, representante do Diretor-Geral da Polícia Federal; e Sr. Helder, assessor técnico da Polícia Federal. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra aos senhores convidados, esclareço que adotaremos um ordenamento de trabalho, seguindo alguns critérios.

Cada convidado disporá do tempo de 20 minutos para sua exposição. Nesse período, não poderá haver apartes. Terminada a exposição, iniciaremos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto a esta Secretaria. Cada interpelante deverá fazer sua formulação por, no máximo, 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. esclarecesse se o Diretor-Geral da Polícia Federal indicou os motivos do seu não-comparecimento a esta audiência e se ele foi regular ou intempestivamente convidado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Deputado, leremos o conteúdo da justificativa que nos foi entregue pelo representante do Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Alciomar Goersch.

“Em atenção ao convite formulado pelo Ofício nº 839/2003 e em razão de encontrar-se em missão no Estado de São Paulo, incumbiu-me o Sr. Diretor-Geral de informar a V.Exa. a impossibilidade de comparecer à audiência pública prevista para o dia 22 de outubro, às 14h30min, em face de compromissos assumidos no Estado da Bahia, em decorrência da 13ª Conferência das Chefias Nacionais das Agências de Combate ao Tráfico de Drogas para América Latina e Caribe, cuja programação segue anexa”.

O Diretor-Geral da Polícia Federal justificou sua ausência tendo em vista um compromisso internacional que está sendo realizado na Bahia neste mesmo momento. Nesse sentido, S.Sa. indicou o Sr. Alciomar Goersch para representá-lo nesta audiência.

Informo também aos presentes que este é um grupo de diligência, formado por 6 Deputados, designados pelo nobre Presidente, Deputado Moroni Torgan, para acompanhar as dificuldades enfrentadas pela Polícia Federal. Dos 6 membros indicados, cinco estão presentes — a Deputada Perpétua Almeida, Relatora; o Deputado Antonio Carlos Biscaia; a Deputada Iriny Lopes; o Deputado Paulo Pimenta, que até o momento ainda não chegou; o Deputado Ivan Ranzolin, que deverá estar presente daqui a alguns minutos.

Agradecemos a presença ao Deputado Celso Russomanno, nosso companheiro, e aos demais Deputados que já passaram por esta Comissão.

Informamos, também, que está sendo discutido na Comissão de Justiça o Estatuto do Desarmamento e que muitos membros desta Comissão também são membros daquela Comissão. Trata-se de um assunto polêmico, importante, que deve ser votado. Em algum momento desta audiência, alguns membros deste grupo deverão ausentar-se para participar do processo de votação, assim que forem



convidados pelos seus Líderes partidários. Quero contar, portanto, com a colaboração e a compreensão dos nobres colegas.

Concedo a palavra à nobre Relatora do grupo de diligência, Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, gostaria de saudar nossos convidados, os demais participantes e ouvintes desta Comissão.

Consideramos muito importante este debate e a Comissão de Diligência. Primeiro, pela importância que tem a instituição no País; segundo, porque esta Casa não ficaria omissa, de forma alguma, diante de debate tão relevante.

Aproveito a ocasião para informar que, antes de encerrar nosso relatório, precisarei ouvir o Diretor-Geral da Polícia Federal. Depois, em outro momento, quando esta Comissão encontrar tempo, será preciso marcar uma reunião para ouvi-lo. Acho isso necessário. Não é possível fecharmos um relatório sem ouvir a opinião do Diretor-Geral, que, com certeza absoluta, é uma das mais importantes para esta Comissão.

Nós já temos uma agenda para o grupo de diligência. Na próxima quinta-feira, dia 30, vamos nos dirigir para São Paulo, onde ouviremos os representantes da Polícia Federal, quando avaliaremos as condições de trabalho. Com certeza absoluta, algumas questões serão apresentadas aqui. No dia seguinte, na sexta-feira, dia 31, vamos para o Rio de Janeiro, onde realizaremos uma diligência. Na segunda-feira, dia 3, a diligência será realizada em Porto Alegre.

Esperamos, portanto, que as instituições desses Estados se programem para que possamos realizar nossos trabalhos.

Gostaria de lembrar que esta Comissão de Diligência tem recebido comunicações da Polícia Federal do Piauí, de Mato Grosso do Sul, do Espírito Santo e da Paraíba, que manifestam um pouco a situação de trabalho em que se encontram.

Nossa Comissão, além de averiguar a real situação da Polícia Federal hoje no Brasil, está acompanhando, também, a discussão acerca do Orçamento da União.

No decorrer do processo, havendo necessidade, passaremos mais algumas informações.



Sr. Presidente, sugiro, para que conste melhor no relatório, que ouçamos primeiramente o representante do Delegado da Polícia Federal, para, em seguida, ouvirmos o representante do sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em atendimento à solicitação da nobre Deputada Perpétua Almeida, concederemos a palavra ao Sr. Alciomar Goersch, Diretor de Administração Logística Policial do Departamento da Polícia Federal, indicado pelo Diretor-Geral da Polícia Federal para representá-lo nesta Comissão, à qual estão presentes a Deputada Iriny Lopes e o Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Com a palavra o Sr. Alciomar Goersch, que dispõe de 20 minutos. Antes, porém, lembro que, durante exposição, ele não poderá ser aparteado por qualquer dos presentes.

O SR. ALCIOMAR GOERSCH - Exmo. Sr. Deputado Neucimar Fraga, que preside os trabalhos desta Comissão; Exma. Sra. Relatora; Ilmo. Sr. Presidente da FENAPEF; Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública de Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, Deputado Moroni Torgan; senhores membros da Comissão e demais Parlamentares, senhores que assistem a essa audiência pública, em primeiro lugar, quero dizer que estou aqui em atendimento ao convite formulado ao Sr. Direto-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Fernando da Costa Lacerda, por meio do Ofício nº 839, da Presidência, datado de 16 de outubro de 2003.

Na impossibilidade de o Diretor-Geral do DPF comparecer a essa audiência pública, em face da sua participação na 13ª Conferência das Chefias Nacionais das Agências de Combate ao Tráfico de Drogas para América Latina e Caribe — HONLEA, retransmito seus agradecimentos pelo honroso convite, ao mesmo tempo em que me sinto honrado por estar aqui na condição de indicado para discorrer sobre a pauta.

Primeiramente, gostaria de expor a situação atual em que se encontra o Departamento de Polícia Federal. Para tanto, iremos projetar, por meio do *power point*, alguns quadros que darão a dimensão da situação em que se encontra essa instituição.



A Lei Orçamentária de 2003 destinou ao Departamento de Polícia Federal 135 milhões na Gestão Tesouro, cabendo ressaltar que, desse montante, iniciamos o ano com um déficit de 53 milhões, uma vez que há 32 milhões de dívidas de exercícios anteriores, referente a 2002, e 21 milhões de dívida ativa. Assim, o orçamento do Departamento ficou impactado, muito aquém para tender às suas necessidades.

(Segue-se exibição de imagens.)

Num comparativo com os anos anteriores, como mostra o quadro apresentado, vemos um decréscimo do custeio pela Gestão Tesouro.

Dá para notar como vai ficar em 2004. A situação será mais crítica ainda.

Ali está um gráfico que mostra a evolução do custeio. O custeio está baixando. O investimento é praticamente o mesmo, e somente para o Projeto Pró-Amazônia/PROMOTEC é que existe a previsão orçamentária. Entretanto, está contingenciada, e o Departamento não pode utilizar esse orçamento.

O orçamento do DPF só permitiu custear suas despesas até junho do corrente ano. A partir de então, esse órgão conta com despesa da ordem de 33 milhões, como pode ser visto no quadro a seguir.

Esse é um quadro sintético das despesas de custeio da Polícia Federal até esta data: da ordem de 33 milhões de reais.

Temos os seguintes itens:

- Diárias, 4 milhões e 400 mil, relativas aos gastos dos policiais que prestam serviço em toda a nossa extensão territorial e até fora do Brasil;
- Manutenção dos helicópteros;
- EMBRATEL, relativamente aos *links* que acessam o banco de dados de todos os portos, aeroportos e pontos de fronteiras e o de antecedentes criminais — para instruir os inquéritos policiais nós precisamos de todos os 26 bancos de dados funcionando;
- Telefônica: 1 milhão e 700;
- Brasil Telecom, 1 milhão e 900;
- Passagens aéreas;
- Combustíveis etc.



Na próxima tela, os dados estão por unidade. Destacamos que são da ordem de 13 milhões e 600 mil os débitos com fornecedores e prestadores de serviços em Brasília. A Superintendência Regional de São Paulo deve mais de 3 milhões, seguida pela do Rio de Janeiro, com mais de 2 milhões e 400 mil.

Ali podemos ver os quadros. O valor fecha em 33 milhões.

A Administração do Departamento de Polícia Federal constatou, desde o início do corrente ano, que o orçamento não daria para cobrir as despesas de custeio do presente exercício. Com essa visão, no mês de abril, solicitou um crédito suplementar da ordem de 115 milhões junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento — SOF. Contudo, não houve o devido encaminhamento do pedido ao Congresso Nacional naquela época. Então, o pedido foi reiterado no mês de agosto, o que culminou com seu encaminhamento ao Congresso Nacional no dia 15 de outubro, último dia para o encaminhamento de pedido de crédito suplementar. Isso se deu por meio da Mensagem Presidencial nº 547, publicada no *Diário Oficial* nº 201, de 16 de outubro de 2003.

O pedido está aguardando votação por parte desta Casa. Contamos com a aprovação urgente em face da grave situação por que passa a Polícia Federal.

Podemos ver o próximo quadro a Mensagem nº 547, publicada no *Diário Oficial*, e o PL nº 56, que se encontra nesta Casa — referem-se aos 103 milhões de reais.

A SOF está encaminhando hoje a minuta desse decreto ao Presidente da República, a fim de se liberarem 12 milhões para aplicação imediata. Está sendo feito um remanejamento de limite de 28 milhões para o Ministério da Justiça, o que poderá cobrir esses 12 milhões. Necessitamos, ainda, de uma ampliação de limite para atender aos 115 milhões, o que também se dará por meio de portaria do Ministério do Planejamento.

Outro fator preocupante diz respeito às despesas com diárias e passagens, haja vista o limite fixado pelo Ministério do Planejamento, por meio da Portaria nº 99, de 16 de julho de 2003, que estabelece a execução em 100% do valor liquidado no exercício de 2002.



A Polícia Federal, hoje, tem apenas 1,6 milhões de saldo para diárias até o final do ano, o que não dá para atender à nossa demanda por 15 dias. E tem apenas 253 mil reais para passagens.

Está sendo encaminhada ao Presidente da República a minuta do decreto elaborado pela SOF para liberação de 12 milhões e 410 mil reais para uso imediato.

Para o Orçamento de 2004, o DPF já está prevendo dificuldades ainda maiores e mais graves, tendo em vista a redução em 7 milhões de reais para o próximo ano em relação ao orçamento deste exercício, aliado ao fato de o valor consignado a projetos de leis ser demasiadamente insuficiente para as reais necessidades operacionais e administrativas da Polícia Federal.

Diante disso, foi enviado ao Sr. Secretário-Executivo do Ministério da Justiça o Ofício nº 623/2003, do gabinete do Sr. Diretor-Geral, no dia 31 de julho deste ano, que relata a necessidade de vários limites concedidos para a área econômica do Governo Federal.

Agora, em 16 de setembro deste ano, por meio do Memorando nº 255, na soma orçamentária, corroborada pelo despacho do Diretor-Geral, foram atualizadas demandas para o próximo ano, constatando-se a necessidade de emenda parlamentar ao Orçamento da ordem de 670 milhões.

Nossa necessidade para 2004: 298 milhões no Tesouro; 707 milhões no FUNAPOL. O projeto de lei orçamentária para o ano que vem previu 128 milhões no Tesouro e 207 milhões no FUNAPOL. A diferença, que está a menor, para poder atender à demanda, é de 170 milhões e 500 milhões, respectivamente. Necessitamos de 670 milhões para custeio da Polícia Federal para o próximo ano.

O Orçamento no Tesouro para 2003 foi de 135 milhões de reais; para o próximo ano, 128 milhões de reais. Está comprovado que são 7 milhões a menos.

Esclareço que a Gestão Tesouro é somente para custeio da máquina administrativa do Departamento: pagamento de contratos, terceirizados, EMBRATEL, Telefônica, material necessário para o andamento da máquina.

Quanto ao âmbito do Projeto Pró-Amazônia/PROMOTEC, firmado pelo Governo Federal para modernização e reaparelhamento de toda a Polícia Federal, podemos verificar, no quadro que mostra o cronograma de desembolso, aprovado pela Comissão de Controle Fiscal do Ministério da Fazenda, que o montante



realizado até o momento não está fechando. Verificamos que a autorização pela CCF tem um valor e o que a área econômica libera é bem aquém.

É certo que a previsão orçamentária para este projeto, neste exercício, da ordem de 11 milhões de dólares, será insuficiente para honrar compromissos assumidos, que são da ordem de 31 milhões de dólares até o final do ano, dos quais 22 milhões de dólares se destinam ao pagamento dos equipamentos para a implantação do sistema AFIS.

Nesta madrugada, chegará ao Aeroporto Internacional de Brasília um avião fretado com esses equipamentos. São 36 mil quilos de equipamentos destinados a modernizar todo o parque de perícia papiloscópica e de identificação datiloscópica em âmbito nacional. É o que se tem de mais moderno no mundo hoje.

Em relação à situação atual do projeto, dá para ver que temos à disposição da Polícia Federal, nos cofres dos bancos KFW e BNT, 361 milhões para investimentos em modernização e equipamentos. Entretanto, devido o contingenciamento do Orçamento, este ano não foi possível comprar uma agulha. Estamos apenas pagando juros, amortização e comissão de permanência.

Neste quadro, vemos o que foi aprovado pela CCF. De 2000 a 2003, 160 milhões de dólares. Foram executados até 30 de setembro — não há mais execução — 64 milhões de dólares. A previsão orçamentária para o Departamento, até 31 de dezembro, é de 11 milhões de dólares. Como o previsto para a execução são 75 milhões de dólares, temos uma defasagem de 85 milhões de dólares nesse projeto. É necessário que o Orçamento seja descontingenciado.

Temos aqui a comissão de compromisso, que vem sendo paga em função da não-execução do projeto, como resultado do não-acompanhamento do orçamento de cada exercício de acordo com o cronograma de desembolso aprovado pela CCF, cujos acordos de crédito, firmados pelos Ministério da Fazenda, levam em consideração o referido cronograma. Deixo bem claro que este projeto passou pelo referendo do Senado.

Apesar de todas essas dificuldades orçamentárias e financeiras pelas quais atravessa, o Departamento é diariamente demandado pela sociedade civil e pelas demais entidades públicas para solucionar os grandes problemas que assolam o



País. Ele vem prontamente cumprindo com suas atribuições constitucionais, como se depreende dos resultados que mostrarei a seguir.

Estes são documentos que encaminhamos, via Direção-Geral, ao Ministério da Justiça. Este, por sua vez, encaminhou-os à área econômica, solicitando aumento de limite de crédito e crédito orçamentário.

Temos aqui os resultados obtidos pela Polícia Federal neste exercício.

Em relação à apreensão de droga. Estamos ainda em setembro e já apreendemos quase a mesma quantia apreendida em todo o ano passado.

Insumos químicos. Como dá para se notar nesta próxima tela, isto é o que apreendemos até o momento. Autorizações para funcionamento das empresas que trabalham com produtos químicos e multas aplicadas às empresas que dizem respeito à regulamentação.

Em relação à segurança privada. Nesta tela, temos o número de vigilantes cadastrados em 2002 e 2003, carteiras de vigilantes expedidas e estabelecimentos financeiros vistoriados. A arrecadação até julho, segundo levantamento que fizemos em nossos computadores, está em 19 milhões. O valor arrecadado durante todo o ano passado foi de 30 milhões. A Polícia Federal continua arrecadando uma proporção bastante grande em relação aos anos anteriores.

Expedimos 459 mil passaportes até o momento. Já emitimos 23 mil laudos periciais e ainda temos pendentes 7 mil. Realizamos 38 mil inquéritos policiais, número superior ao do ano passado; o número de inquéritos relatados está praticamente no mesmo patamar; e temos ainda 97 mil inquéritos em andamento. Esta é a demanda judiciária da Polícia Federal.

Quanto às operações, 70 policiais são utilizados na proteção de juízes e promotores, em Manaus; juízes e procuradores em Cuiabá; Deputados Federais em Brasília; Ministros de Estado e outras autoridades em São Paulo; depoentes especiais do Programa de Proteção à Testemunha. Contamos ainda com a participação de policiais federais nas CPIs da Pirataria, do BANESTADO, da Exploração Sexual Infantil, da Pistolagem e do Propinoduto, entre outras.

A seguir, vemos algumas operações: bingos; corsário, direito autoral e pirataria; gnomos, exploração de mogno ilegal; Ubatuba, importação de cigarros, alimentos e veículos; fraudes contra a Previdência; exportação clandestina de



animais silvestres; repressão ao comércio de peixes ornamentais; recuperação de peças sacras; repressão à exploração ilegal de mogno; tráfico internacional de artefatos indígenas; força-tarefa de combate às fraudes cometidas contra o INSS em São Paulo e no Rio de Janeiro; operação de combate à entrada ilegal de produtos eletrônicos em Manaus; combate ao Fundo da Marinha Mercante em Manaus; repressão ao desmatamento e à extração de madeira nobre no Pará; repressão à rádio piratas — essa já foi suspensa por falta de pessoal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Falo agora sobre os recursos humanos da Polícia Federal.

Entre 2002 e 2003, até o final do ano, estaremos formando 2.233 novos policiais. Pela Lei nº 10.682, criaremos 3.090 novos cargos para a carreira da Polícia Federal e 1.500 para a carreira de apoio administrativo.

Este *slide* mostra o ingresso e a aposentadoria. Temos previstos 5.323 ingressos até 2005, se forem preenchidas essas vagas, para um quantitativo de 895 aposentadorias. Estamos aumentando o número de servidores e as atribuições da Polícia Federal. No entanto, os recursos são cada vez mais escassos.

A respeito das cadernetas de passaporte, recentemente houve uma crise na emissão devido a falta de material na Casa da Moeda, que teve de importar papel para atender às necessidades. Cabe ressaltar que está sendo normalizada a emissão de passaporte em todo o Brasil, inclusive com a redução dos prazos de entrega. A DPF recebeu este mês 60 mil cadernetas, sendo certo que, a partir do próximo mês e durante todo o ano de 2004, a Casa da Moeda fornecerá, mensalmente, ao Departamento de Polícia Federal, 100 mil cadernetas, totalizando 1 milhão de cadernetas, conforme Contrato nº 052, de 2003, recentemente assinado com a Casa da Moeda. A nossa demanda mensal é de 58 mil passaportes.

Agradeço a oportunidade de apresentar esses dados aos Srs. Parlamentares da Subcomissão. Coloco-me à disposição para responder perguntas sobre a parte orçamentária, conforme ofício do Diretor-Geral. As demais indagações deverão ser dirigidas ao Sr. Diretor-Geral.

Estou sendo informado pelo nosso coordenador de orçamento que temos 1 milhão de reais na conta do FUNAPOL para pagar as cadernetas de passaporte.



Portanto, não faltará passaporte. Isso só acontecerá se faltar papel na Casa da Moeda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Sr. Alciomar Goersch, Diretor de Administração e Logística da Polícia Federal, a participação.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Carlos Garisto, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais. S.Sa. disporá de até 20 minutos para fazer sua exposição.

Antes, porém, registro a presença do Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Vic Pires Franco, e também do Deputado Paulo Pimenta, que faz parte do grupo de diligência designado para trabalhar neste caso.

Lembro que, durante a exposição, o expositor não poderá ser aparteado por nenhum dos membros presentes.

Em seguida, abriremos a palavra aos Srs. Deputados para suas interpelações.

Com a palavra o Sr. Francisco Carlos Garisto.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente desta Subcomissão, os Srs. Deputados, meus colegas de trabalho, a imprensa em geral e todos aqueles que prestigiam esse evento que serve muito mais de esclarecimento dos Srs. Deputados e da mídia sobre a real situação da Polícia Federal do que um congratamento.

Iria fazer uma exposição de números técnicos colhidos junto aos organismos técnicos do Governo, mas o Delegado Alciomar poupou-me dessa tarefa. Apesar da dificuldade que enfrentamos para obter esses números, eles batem com os citados pelo Delegado Alciomar Goersch. E o que S.Sa. acabou de relatar nada mais é do que um atestado de falência da Polícia Federal. Existia um inventário pré-falimentar e a Direção-Geral do órgão atestou a falência por meio dos números.

Os representantes do Departamento de Polícia Federal trabalham com números, balanço orçamentário e financeiro, aspectos técnicos com os quais já nos acostumamos. Agora, a Federação Nacional dos Policiais Federais trabalha com os problemas advindos dessa falta de recursos, assim como a maioria dos superintendentes nas suas descentralizadas.



Na verdade, temos de saber qual o motivo da falência do Departamento de Polícia Federal, citada aqui pelo Sr. Alciomar Goersch.

Em primeiro lugar, ficou bem claro que nosso orçamento está aquém do necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Garisto, peço licença para registrar a presença do Deputado Jorge Bittar, Relator do Orçamento de 2004, que se pronunciará logo após sua exposição; dos Srs. Deputados Coronel Alves, João Campos e Isaías Silvestre.

Desculpe-me interrompê-lo, mas considero importante registrar a presença do Relator do Orçamento, tendo em vista que a resolução do problema depende do Orçamento.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Quero acrescentar que consideramos importante a presença do Deputado Jorge Bittar, que poderá ajudar a encontrar uma solução para o problema.

Seria importante contarmos também com a presença do Diretor-Geral, mas S.Sa. disse que não podia comparecer, por causa de compromissos assumidos na Bahia. Tudo bem, o Orçamento pode resolver os problemas.

Como dizia, o orçamento da Polícia Federal está aquém do necessário, está falida, mas ainda faz seu trabalho de segurança e operações — acabamos de apreender 1 tonelada de cocaína em São Paulo, inclusive parabenizo os companheiros daquele Estado —, por conta e risco do policial federal, que viaja quase sempre sem receber diária. Ele tem que ter dinheiro no bolso para poder se deslocar até determinado local, pagar sua comida e também a hospedagem. Essas operações acontecem pela vontade do policial federal de trabalhar e não pela organização técnica antecipada que nos proporcione esse tipo de serviço.

O FUNAPOL nasceu de uma luta nossa. Em 1998, a Federação Nacional dos Policiais Federais e as demais entidades que congregam o órgão ajudaram na sua implementação, porque não agüentávamos mais participar da feitura do orçamento de um País miserável. Todo mundo sabe que o País é pobre e não tem dinheiro para saúde, educação.

Na época, os Deputados Wanderley Martins Brito, Moroni Torgan e outros nos ajudaram a concretizar o sonho de criar um fundo nacional para reequipar a Polícia



Federal. Lembro-me que comissões como essa foram formadas para que pudéssemos chegar ao FUNAPOL, que serviria para a arrecadação das taxas de passaporte, de fiscalização do éter e acetona, das empresas de segurança, de carteiras de estrangeiros e outros temas afeitos ao nosso trabalho. Conseguimos.

O que aconteceu? A partir dessa data o Governo passou a não disponibilizar recursos no Orçamento, já que o FUNAPOL serviria para sair do zero, um orçamento que empatava ou sempre ficava aquém. Mas o FUNAPOL foi criado para modernizar a Polícia, reciclar o policial federal, enfim, proporcionar melhores condições de trabalho.

O que ocorreu? O Governo anterior, quando viu que estávamos arrecadando, disponibilizou uma miséria no Orçamento. Como bem disse o Delegado Alciomar, representante do Departamento de Polícia Federal, o valor destinado cobre apenas os gastos de 3, 4 meses. Devemos 30 milhões e o Governo libera 30 milhões. Ora, se estou com o meu cheque estourado em 2 mil, consigo 2 mil, no outro dia estou sem dinheiro novamente. Paguei apenas o que devia. Assim vem se arrastando a situação: devemos 30 milhões, o Governo libera 30 milhões, por meio de decreto legislativo, e o valor dá apenas para pagar o que se deve. No dia seguinte a esse pagamento, estaremos novamente sem dinheiro para o fornecimento de gasolina e para outras coisas mais.

Por isso, apelamos principalmente ao Deputado que faz parte da relatoria do Orçamento que destine verba para o custeio básico da Polícia Federal e que o FUNAPOL não seja usado para essa finalidade, que sirva para a modernização da Polícia, finalidade para a qual foi criado.

O FUNAPOL passou a ser o orçamento da Polícia Federal. Todos os anos, o Departamento da Polícia Federal manda uma previsão de arrecadação para o Governo. Em 2000, disse que arrecadaria 187 milhões, não arrecadou; em 2001, 183 milhões, não arrecadou; em 2002, cerca de 212 milhões, não arrecadou; em 2003, 225 milhões, também não arrecadou. E isso passou a fazer parte de todas as despesas inerentes à Polícia Federal, organismo técnico, que não sabe quando vai haver uma operação policial de vulto.

Amanhã poderá haver uma operação que precise de 2 mil agentes para conter uma rebelião, até para salvar vidas, ou um golpe de estado ou algo parecido,



e cadê o dinheiro? Não arrecadou porque os organismos afeitos a essa arrecadação precisam de orçamento para trabalhar e, conseqüentemente, arrecadar. Se não tem dinheiro nem para a gasolina, como vai arrecadar? Deixamos de fiscalizar milhares e milhares de empresas de segurança em todo o País. Existe um esquadrão paralelo e a Polícia Federal não tem condições de fiscalizar. Aí, as pessoas dizem: *“Então, vamos tirar da Polícia Federal e entregar para a PM, para a Polícia Civil.”* Pode ser uma solução. O problema é que não dão condições para a Polícia Federal arrecadar, e ela tem a obrigação de arrecadar, porque já informou o Governo.

Queremos pedir encarecidamente à Direção-Geral do órgão, aproveitando a presença do seu representante, que coloque abaixo da arrecadação, nunca acima de uma previsão orçamentária. Assim, o Governo, que tem que dividir a arrecadação entre várias áreas importantes, conta com essa arrecadação para o orçamento da Polícia Federal. Esse é um dos problemas.

O segundo problema diz respeito à má administração. Se se gastar mal o pouco que se tem em casa, a situação ficará ainda pior. Dispomos de pouco? Sim. Já provamos? Já. O representante da Polícia Federal já provou — e concordo com S.Sa. — que o FUNAPOL, que seria a nossa salvação, passou a ser uma espada na nossa cabeça.

Onde se aplica mal? A maioria da arrecadação do FUNAPOL é gasta em construção de prédios. Vou deixar os documentos com a Comissão. *“Puxa, mas os prédios estão caindo na cabeça dos funcionários.”* Os meus colegas vão dizer que precisam de um local decente para trabalhar. Mas acontece que não adianta construir prédios suntuosos e depois não ter dinheiro para pagar a manutenção, como está acontecendo em São Paulo. Não tem dinheiro para pagar a portaria, já mandaram metade dos funcionários terceirizados embora, estão mandando o resto. E não foram todos mandados embora porque o amigo do amigo do amigo pede para quebrar o galho por mais um mês e tal.

Cria-se delegacias por todo o Brasil: *“Vamos criar uma agora em Marília.”* *“O Deputado pediu para criar uma também em Cururu do Sul, porque assim ele não precisa pegar ônibus para tirar passaporte.”* *“Vamos fazer outra aqui, outra ali.”* E o que temos lá? Duas cadeiras, 2 agentes federais jogados no meio do mato em uma fronteira de não sei quantos mil quilômetros quadrados, sem nada. Quem paga essa



despesa? Vou dizer quem paga essa despesa, na maioria das vezes. Quando paga, porque há uma ação de despejo em Passo Fundo — o oficial de justiça vai chegar lá e vai jogar o colete, a metralhadora e tudo o mais no meio da rua. Foi criada uma delegacia em Passo Fundo. Era preciso? Claro que sim. Passo Fundo é importante. Estou em frente ao Deputado Paulo Pimenta e vou falar mal de Passo Fundo? Não sou nem doido!

Delegacias são criadas sem condições. Considero esse fato decorrente da má gerência dos recursos de que dispomos. Quando é preciso criar uma delegacia, tem que mandar gente, material de consumo e uma série de coisas. A Delegacia de Passo Fundo enfrenta uma ação de despejo e em muitas outras a despesa é paga pelo Prefeito da cidade. O Deputado Pimenta está dando risada, porque, quando era Vice-Prefeito de Santa Maria, pagava a prestação do abastecimento das viaturas do DPF. Disponho dessa informação.

O aluguel das Delegacias de Caxias e de Pelotas é pago pela Prefeitura. E se amanhã tivermos que investigar, hipoteticamente, uma dessas pessoas? Como ficaremos? Se ele é o patrão, como o investigaremos?

Ocorre agora uma quebra de segurança e de legitimidade na nossa autonomia de investigar, porque as pessoas querem pagar tudo para a Polícia. Se se tem problema, alguém sempre aparece para pagar as contas. Só que devemos receber o numerário do Governo e de ninguém mais.

(Não identificado) - Apenas para ficar mais clara essa questão, peço explicação sobre a falta de segurança e o pagamento.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - O pagamento se dá por favor. Por exemplo, em Caxias e em Pelotas quem paga o aluguel é a Prefeitura. O proprietário do imóvel se dá por satisfeito, não interessa quem está pagando. Considero essa atitude inconveniente. Em Santa Maria, a Prefeitura, com bastante freqüência, abastece o carro da Polícia Federal. É um quebra-galho? É, mas não é legal.

Ficamos quebrando o galho por quê? O Delegado Alciomar já explicou: nosso orçamento está aquém, e às vezes não podemos usar a rubrica do FUNAPOL para algumas despesas; às vezes, há dinheiro para uma coisa e não há para outra; há dinheiro para comprar um helicóptero, mas não para comprar gasolina.



Na minha opinião, trata-se de má-gestão. Não estou acusando as pessoas, mas os métodos, o sistema, que precisa ser mudado. Às vezes, se acusam as pessoas. Agora mesmo foi dito que não há mais problemas com o passaporte. A culpa foi da Direção-Geral, que só pediu os passaportes no dia 11 de setembro. Teria de ter encomendado antes. Em São Paulo 8 mil passaportes ainda terão de ser confeccionados. Algumas pessoas estão entrando com ação judicial contra o órgão para ressarcimento de danos e perdas, já que teriam de fazer uma viagem e não fizeram. No Rio de Janeiro, acontece o mesmo. Então, o problema do passaporte não está solucionado. Utilizaram 5 milhões 910 mil para comprar as cadernetas por que fizeram esse barulho todo na imprensa, senão estaria tudo quietinho e a população sem o passaporte.

Temos de repensar toda a situação, porque já estamos sofrendo as conseqüências. O Delegado de Polícia Federal José Bocamino, de Ribeirão Preto, não pôde mandar um preso para depor. Temos aqui o ofício do juiz que determinou que ele fosse com seu carro particular levar o preso e mandou abrir uma sindicância contra o delegado. E o Diretor-Geral, para não brigar com o juiz — porque não gosta de brigar com juiz, é mais fácil brigar com o delegado —, mandou abrir sindicância contra o delegado. O juiz diz: *“Em tempo de vacas magras, cabe ao (ininteligível) calibrar os recursos disponíveis em ordem de atender as necessidades mais prementes de seus familiares e ao administrador público o cumprimento das obrigações básicas do órgão que dirige máxima em caso como o dos autos, cuja instrução tem prazo legal.”* Ele não quer saber se está devendo dinheiro. Há escrivão que não faz autuação porque não tem cartucho para a impressora, e às vezes as pessoas querem puni-lo por isso.

A situação da Polícia Federal é gravíssima. Os números não são frios. Temos problema de segurança. Quando fomos fazer um serviço na Bahia, não mandaram o Comando de Operações Táticas para lá, grupo altamente armado — e faleceu um agente da Polícia Federal muito querido —, porque queriam economizar dinheiro. O COT estava pronto para ir à Bahia, mas não o mandaram. Prefeririam aguardar. Se desse problema mandariam. Deu. Morreu um colega. Aí foram todos, 400 homens lá na Bahia. Mandaram apenas um helicóptero, porque precisavam do outro, estavam com pouco dinheiro. Mandaram um. Morreu um agente, foram baleados mais dois,



mataram outro. Aí, depois que morreu todo mundo, enviaram helicóptero, avião, carroça, bicicleta. A cidade ficou cheia de agente federal, delegado.

Em Roraima fizemos uma denúncia. Outra coisa que tem de ser apurada por esta Comissão é o quanto se gasta na Operação Cobra no Amazonas. Dinheiro que sobra, e deve ser investigada sua origem. Compraram uma tonelada de dinamite, botaram dentro da Superintendência da Polícia. Essa questão é administrativa — e fui chamado aqui para falar sobre administração também. O sindicato denunciou a existência dessa dinamite, e o presidente do sindicato está respondendo a um processo disciplinar, para ser demitido, e já lhe tomaram a carteira e o revólver — quando demoram para tirar também a de muita gente acusada de corrupção —, porque ele denunciou que tinha uma tonelada de cocaína lá embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cocaína ou dinamite?

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Dinamite. Desculpe-me, eu troquei porque estava me lembrando do caso de São Paulo.

Conclusão: a sede da ONU foi explodida por 400 quilos de dinamite. Por que o delegado fez isso? Ele não tinha onde colocar, não dispõe de recurso, não existe previsão, é tudo feito de qualquer maneira. Parece a polícia do Quênia. Aí, quando morre alguém, ficam chorando. É feito na abelhada: se der, deu, não se vai brigar com o Governo.

Estive hoje de manhã numa audiência na Casa Civil, que não tem conhecimento de algumas coisas pelas quais passamos. O Governo não tem conhecimento, por quê? Porque se reclamar para o Governo que está sem dinheiro o administrador acha que será punido; se ficar chiando muito ficará marcado no Governo. Não fica não! Foi dito para mim que não. Disseram-me: *“Não sabíamos disso, deixa isso aqui comigo, vamos conversar com o Palocci.”* Eles não sabiam e acreditei neles. O administrador não quer levar seus problemas para o Governo, para o Ministério da Justiça, que às vezes não sabe também. Ele quer ser o “bom administrador”, entre aspas, quer devolver dinheiro no final do ano, para mostrar que é um bom administrador. Enquanto isso, corremos risco de vida por aí, nesse Brasil afora, sem gasolina, sem condições de trabalho, pagando despesas do próprio bolso.

Acho que isso tem de ser resolvido no Orçamento.



Não posso deixar de me referir ao *sub judice* na Polícia Federal. Milhares de companheiros nossos estão nessa situação. Pessoas que passaram no concurso, que tiveram problema no psicotécnico, nas provas técnicas. Isso tem a ver com o orçamento, porque ficam fazendo concurso e não resolvem o problema do *sub judice*, que já estão consagrados. Oito anos! Como se dispensam um delegado, um agente, um perito, um escrivão com 8 anos de serviço agora? O Ministro Miguel Reale fez um parecer dizendo que tinha de aproveitar, e o Diretor-Geral “sentou em cima”, entre aspas, e não fez mais nada, e milhares de companheiros estão aí. Não fazem porque não querem, porque eles ficam melindrados, nervosos com quem entra na Justiça contra a Academia, porque até pouco tempo ela era viciada, preservava apenas categoria específica.

Temos um mau orçamento, um mau gerenciamento, e conseguimos fazer uma boa Polícia. Por isso, parabéns aos meus colegas da Polícia Federal que estão aqui. Vocês são demais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Sr. Francisco Carlos Garisto a exposição.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Jorge Bittar, Relator do Orçamento de 2004. S.Exa. disporá de até 20 minutos para sua exposição.

Lembro aos nobres colegas que durante a exposição não poderá haver apartes.

Logo em seguida, vamos franquear a palavra aos presentes, para fazer interpelações aos expositores.

Registro a presença da Deputada Laura Carneiro e do Deputado Moroni Torgan, Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais convidados, em primeiro lugar, é com prazer que atendo ao convite desta Comissão para participar desta necessária reflexão sobre os problemas orçamentários referentes à Polícia Federal.

Antes de me referir mais especificamente ao orçamento da Polícia Federal, já que trouxe dados para que possamos de alguma maneira sobre eles refletir, seria



interessante que situássemos o contexto em que está sendo elaborado, discutido e emendado o Orçamento para o próximo ano.

Como todos sabem, é um primeiro ano de governo, temos simultaneamente a elaboração do Orçamento para o próximo ano e do Plano Plurianual, que traduz a visão de planejamento e desenvolvimento da atual gestão, não apenas para os próximos 3 anos, mas para os próximos 4 anos, já que a Constituição determina que no primeiro ano de cada gestão se prepare um plano para os próximos 4 anos e, portanto, esse plano invade o primeiro ano da futura gestão, como já ocorre sistematicamente.

O Orçamento traduz, de um lado, as perspectivas de receitas, da arrecadação do próximo ano dos diversos impostos, taxas, contribuições e outras receitas da União, e, do outro lado, especifica o perfil de gastos que podem se demonstrados segundo várias perspectivas. Os gastos podem ser demonstrados por natureza de despesa — gastos de pessoal, de custeio, de investimentos, inversões financeiras, dentre outros —, ou podem também ser especificados por órgão, bem como por meio dos programas que constituem a espinha dorsal das políticas públicas, das ações desenvolvidas por esses órgãos.

Vamos fazer aqui uma apresentação do perfil de gastos do Orçamento, nos últimos anos e para o próximo, levando em consideração o gasto por natureza de despesa. Depois, vamos demonstrar também isso por programa, separando os gastos do Departamento de Polícia Federal dos gastos do FUNAPOL. E a receita do próximo ano está fortemente ligada à perspectiva de desempenho da economia no próximo ano.

Como todos sabem, no início do ano a economia brasileira vinha de um processo muito delicado. Tudo isso que aqui foi dito sobre os problemas orçamentários, notadamente dos últimos anos — e aqui abro um parêntese para dizer que problemas orçamentários não ocorrem nos últimos anos, ocorrem sempre, porque é da própria natureza de qualquer administração a disponibilidade de recursos ser menor do que o desejo de gastos, é com isso que os administradores lidam sempre, em qualquer circunstância —, como o problema de escassez de recursos, tornou-se mais agudo, porque vivemos um processo acelerado de crescimento do endividamento do País, seja do endividamento interno, seja do



externo, a razão de ser de toda essa engenharia fiscal e tributária que vigeu nos últimos anos e com a qual ainda conviveremos durante certo tempo, até que as dívidas estejam sob controle nesse País. Assim é que nos últimos 4 anos a dívida pública interna, como todos sabem, saltou de 60 bilhões de reais para 700 bilhões.

Isso evidentemente tem um custo, na forma de juros e amortizações, por mais que apenas se role a dívida a cada ano. Como se diz, dívida não é para ser paga, mas para ser rolada. Só que há um limite, os credores avaliam a capacidade real do devedor de honrar seus compromissos a cada momento, sejam os credores internacionais, sejam os credores do mercado interno. E os recursos da dívida do Poder Público não estão ligados apenas ao sistema financeiro, porque atrás dele há intermediários entre os agentes da sociedade, todos aqueles que aplicam em fundos de investimentos, os mais diversificados, que existem em todo o sistema bancário.

A situação é delicada e evidentemente merece uma ação vigorosa.

O Governo Federal, como é do conhecimento de todos, adotou uma série de medidas, desde o começo do ano, visando conter o descontrole econômico, expressa pelo crescimento do Risco Brasil, que foi a 2 mil e 400 pontos; da inflação, que apontava 40% ao ano, em janeiro; ou do próprio dólar, que havia disparado, batendo na casa dos 4 reais, gerando grave problema nas contas públicas e nas empresas que estavam, muitas delas, endividadadas em dólar.

As medidas econômicas são do conhecimento de todos. Houve aumento do superávit primário, que é a parcela do Orçamento que se reserva para impedir que a dívida pública cresça de forma desordenada no País. Esse é um esforço que o Brasil faz para domar a dívida. A taxa básica de juros foi ampliada também para que se pudesse conter o surto inflacionário.

Em decorrência disso, até para que se pudesse ajustar o superávit, houve contingenciamento orçamentário neste ano, mais uma vez. Evidentemente, essa situação é delicada, porque a economia brasileira nos últimos 4 anos andou de lado ou para trás, jamais para frente. Jamais cresceu de forma permanente e duradoura. Todo arranjo econômico é para que a economia possa voltar a desenvolver bons fundamentos e se crie um ambiente favorável ao crescimento econômico, porque o País não tem mais como aumentar carga tributária para fazer face ao aumento da dívida. Essa foi a lógica vigente nos últimos anos.



Todos sabem que a carga tributária no Brasil cresceu em números absolutamente insuportáveis para a sociedade brasileira. Quem acompanha a discussão da reforma tributária está vendo o pano de fundo. Aliás, há 2 elementos centrais na reforma tributária que estão sempre em jogo em quaisquer declarações, em quaisquer movimentos que façam o Governo Federal, os Governadores, os Prefeitos e os agentes econômicos, empresários etc. De um lado, lutam pela repartição do bolo. Todo mundo querendo saber quem fica com que parte do que é arrecadado no País. Essa é a principal disputa que ocorre entre União, Estados e Municípios. Do outro lado, temos a própria carga tributária, absolutamente insuportável para a sociedade, e o discurso retórico de sempre. Essa reforma tributária não pode aumentar a carga tributária. É intenção do Governo que ela não seja aumentada e há necessidade de dispositivos constantes e permanentes para que se possa conter isso.

Esse é o ambiente em que o Orçamento do ano que vem está sendo constituído. No entanto, teremos um orçamento melhor do que o deste ano, até porque este ano foi um orçamento difícil, contingenciado, apertado, como está aqui revelado pela escassez de recursos na Polícia Federal, no Ministério de Relações Exteriores. Se eu fosse listar aqui todos os órgãos que vivem nesse momento em escassez de recursos, eu teria de citar praticamente todos. Então, houve, sim, um aperto de cinto considerável.

É verdade também que a Comissão de Orçamento, por conta de problemas internos que agora se resolvem, atrasou a votação de créditos suplementares. Esses créditos são fundamentais a fim de prover recursos adicionais para órgãos como a Polícia Federal, entre outros. Esse problema está superado. Se tudo correr bem, uma parte dos créditos serão votados amanhã e o restante no início da semana que vem, com absoluta certeza. Teremos uma arrecadação para o próximo ano com essa perspectiva: economia mais equilibrada, juros em queda, retomada do crescimento econômico que está prevista já no Orçamento do próximo ano e já é também apontada pelos indicadores do IBGE e dos principais organismos econômicos do País.

Há uma perspectiva então de crescimento da arrecadação no ano que vem. Esse ano a arrecadação será de 362 bilhões de reais e, no ano que vem, 402



bilhões de reais. Então, haverá um aumento de receita da ordem de 40 bilhões de reais. Esse aumento de receita é significativo, mas está muito aquém do que seria desejável para dar conta de toda a pressão de gastos que existe nos programas sociais, no custeio dos diversos órgãos e no investimento necessário para modernizar a Polícia Federal, para recuperar nossas estradas, para investimentos em energia elétrica, em saneamento, em urbanização de regiões metropolitanas e tantas outras coisas fundamentais neste País.

Então, advirto inicialmente que o problema da Polícia Federal não é apenas daquela instituição, mas do sistema econômico do País, que está em vias de melhorar, e do Orçamento da União, extremamente apertado, com o qual temos lidado, estamos lidando este ano e ainda lidaremos no Orçamento do ano que vem.

Não tenho uma visão pessimista. Acho que a tendência da economia é melhorar, retomar o crescimento e com isso a arrecadação continuar a crescer para que tenhamos uma perspectiva de no futuro ampliar gastos. Vamos fazer nessa peça orçamentária o que há de melhor, para poder eventualmente corrigir distorções.

A única advertência que faço é que o Relator, graças a Deus, tem poderes limitados. Vivemos numa democracia, e ela impõe regras. Um Relator, por mais tinta que tenha na sua caneta, não pode sair deslocando recursos de uma área para outra. Há limites para isso. Os limites são as emendas. O Relator tem de acolher emendas necessariamente aprovadas, sejam as das Comissões da Câmara ou do Senado, sejam as das bancadas estaduais, sejam as de Parlamentares. E essas emendas também têm regras para serem elaboradas, apresentadas e acolhidas. O Relator pode também tomar decisões e mexer no Orçamento quando se tratar de falha técnica, algum dispositivo legal ou constitucional que não tenha sido corretamente observado na preparação da peça orçamentária. Esses são os limites de ação do Relator.

Quanto a isso, dispomos de um volume de recursos relativamente apertado para acolher emendas. Dialogando com os Parlamentares, com a sociedade, com os agentes das diversas áreas, procuramos acolher proposições e aprimorar a preparação do Orçamento do próximo ano.

Isto posto, peço que os números sejam projetados.



(Segue-se exibição de imagens.)

Esse primeiro quadro mostra os gastos do Departamento de Polícia Federal. Como eu disse, há duas unidades orçamentárias: Departamento de Polícia Federal e o FUNAPOL. Esses dados foram elaborados pela consultoria técnica da Comissão de Orçamento, a partir de minha solicitação, e revela, na primeira linha, os gastos de pessoal previstos para o ano que vem, 1 bilhão e 465 milhões de reais. Esses são gastos por natureza de despesa. Depois, vamos mostrar os gastos por programas. Antes de falar dos gastos por programas, é interessante notar que toda nova administração, às vezes, cancela um determinado programa e cria, concentra ou desconcentra gastos. Então, como os senhores poderão notar, os gastos por programa evoluem de maneira desordenada, porque há programas reforçados na nova administração e programas descontinuados.

Vemos aqui os gastos por natureza de despesa: pessoal; juros; encargos da dívida da Polícia Federal; outras despesas correntes, 123 milhões de reais; os investimentos previstos para o ano que vem, 5 milhões de reais; e amortização da dívida, 80 milhões de reais.

Esse é o primeiro quadro do Orçamento previsto para o próximo ano. Nas colunas anteriores está o que foi autorizado, o que foi liquidado em 2002 e 2003.

O orçamento global evoluiu, como os senhores podem ver, mas de maneira muito apertada, de 1 milhão e 603 mil para 1 milhão e 604 mil. É verdade que o orçamento autorizado é o orçamento final do ano passado, já tendo acolhido as emendas do ano passado. Esse é o projeto de lei apresentado pelo Governo, ainda não submetido à apreciação do Congresso. Portanto, não há emendas incorporadas.

Vemos aqui o FUNAPOL. Na primeira linha são as despesas correntes, a evolução de 2002 até 2004. Estão previstos 100 milhões de reais para 2004 e os investimentos de 107 milhões, previsto para o ano de 2004.

No que diz respeito a investimentos, é interessante observar que de fato os números são muito próximos. O liquidado de 2002, o que efetivamente foi gasto, foi de 103 milhões de reais. Este ano foi muito pouco, porque os recursos foram duramente contingenciados, por causa do superávit primário. Como os senhores podem ver, a execução é baixíssima. A data limite deve ter sido o início de outubro



deste ano. Falta, portanto, o último trimestre que está em curso. E o previsto para o ano que vem é 107 milhões de reais.

O próximo quadro mostra o mesmo orçamento apresentado de outra forma, entre os diversos programas do Ministério. Como os senhores podem ver, há programas zerados e outros reforçados: gasto com previdência e inativos; combate ao crime organizado, programa considerado a vértebra das ações da Polícia Federal; gestão em participação em organismos internacionais. Os 2 programas de apoio administrativo e valorização do servidor público foram certamente incorporados aos programas anteriores — não tive oportunidade de dialogar com o pessoal, talvez se possa esclarecer isso aqui. Operações especiais; serviço da dívida externa de 110 milhões de reais.

Segundo o que está no Orçamento, o Fundo passa a ser constituído de um único programa que centraliza todas as operações, que é o combate ao crime organizado, com 207 milhões de reais previstos para o próximo ano.

Esses são os dados que recebemos e que estão sendo aqui reproduzidos, preparados que foram pela consultoria da Comissão de Orçamento

Os comentários que eu poderia fazer são no sentido da evolução dos números. Uma vez que os números vistos isoladamente representam pouco, o importante é ver a evolução deles. Como se pode ver, os números da Polícia Federal para o ano que vem estão extremamente apertados, como aliás estão os gastos da maioria das áreas de Governo. Nós estamos com uma discussão seriíssima sobre os gastos de Saúde. Se bem que o orçamento para a Saúde neste País, se comparado com o da Polícia Federal ou de qualquer outro órgão, é generoso. São 36 bilhões de reais, essa é a ordem da grandeza dos gastos da Saúde. Mas ainda assim há um debate se os gastos da Saúde podem ou não incorporar recursos do Fundo da Pobreza. Está-se travando intenso debate que estamos procurando acompanhar para tomar uma decisão, a partir dos entendimentos que estão sendo mantidos em torno do assunto.

O interessante é observar a evolução dos gastos. Como se pode ver, o Orçamento do ano que vem continuará sendo muito apertado para a Polícia Federal. Aí, imagino que deverá vir logo a pergunta: qual a possibilidade de que o Congresso Nacional possa melhorar esse orçamento? Há alguma possibilidade, desde que



alguma das Comissões da Casa apresente emenda reforçando dotação dos programas da Polícia Federal. E aí nós, criteriosamente, em diálogo com os Parlamentares, vamos procurar incorporar esses recursos, acolher da melhor maneira possível, reforçando dotações para que se possa melhorar o desempenho da nossa gloriosa Polícia Federal no próximo ano.

Era o que tinha a dizer inicialmente. Estou à disposição para esclarecer dúvidas que se façam necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao nobre Deputado Jorge Bittar a exposição.

Passamos agora à segunda parte desta audiência, que será de interpelações feitas pelos Deputados.

Antes porém, concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida, Relatora desse grupo, que terá a oportunidade neste momento de tecer seus comentários e fazer suas interpelações.

Lembro ainda que estão inscritos os Srs. Deputados: Antonio Carlos Biscaia, Moroni Torgan e Paulo Pimenta. Logo após a fala da Deputada Perpétua Almeida, passaremos a palavra aos debatedores e interpeladores.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, na verdade, pedi para falar logo não pelo fato de integrar a relatoria, mas porque já estão me chamando na Comissão de Constituição e Justiça, onde preciso me dirigir. Os convidados não precisam se preocupar, porque nossa audiência está sendo gravada e cada pergunta servirá para o embasamento do nosso relatório.

Estou cada vez mais convencida da importância desse trabalho. Com certeza absoluta, no final das nossas diligências, com o relatório pronto, iremos tratar com o Ministro da Justiça, inclusive com as proposições que vamos fazer no relatório para melhorar a ação e o trabalho da Polícia Federal no Brasil, porque uma instituição tão importante para o povo brasileiro não pode ficar a mercê de poucos recursos para poder trabalhar.

Peço ao Deputado Jorge Bittar, se possível, e ao Sr. Alciomar Goersch, da Polícia Federal, que deixem na relatoria a exposição feita com os números, porque vamos precisar reavaliar cada um deles para elaboração do nosso relatório. E já estamos num processo também de discussão para ver como podemos interferir no



orçamento da Polícia Federal, tanto que fizemos um calendário de trabalho rápido e, no máximo em 2 semanas, queremos encerrar esse trabalho, com proposições e ações desta Comissão.

Estive no Encontro Nacional dos Servidores e ouvi a opinião deles. Agora, quero ouvir a opinião do representante da Polícia Federal acerca do emprego das verbas do FUNAPOL, porque, pela avaliação que se faz, se alterássemos a legislação, poderíamos utilizá-la de forma mais adequada.

Quero ouvir também a opinião dos senhores sobre a real situação interna da Polícia Federal no tocante a transferências de pessoal, porque já estivemos em contato com o Exército e sabemos que o Regimento Interno impõe algumas regras. Quero saber como isso funciona na Polícia Federal.

Vamos acompanhar as próximas perguntas, pois, com certeza, todas servirão para a elaboração do relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço à Deputada Perpétua Almeida a participação.

Estão inscritos para falar os Deputados Antonio Carlos Biscaia, Moroni Torgan e Paulo Pimenta, mas, neste momento, está acontecendo reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para votação do Estatuto de Desarmamento. Alguns Deputados integrantes desta Comissão fazem parte da Comissão da Justiça, entre eles os Deputados Antonio Carlos Biscaia, Moroni Torgan e Paulo Pimenta.

A Deputada Perpétua Almeida fez duas perguntas.

Vamos passar a palavra aos convidados, a fim de que sejam respondidas.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, tenho uma série de compromissos agora. Se possível, peço ao Presidente que conceda a palavra ao Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tenho o que acrescentar. O Deputado Jorge Bittar deu o sentido que temos de tomar. Esta reunião serve mais para constatar situações, ouvir os relatos. Quando definirmos as prioridades das emendas que a Comissão pretende apresentar, teremos de estabelecer prioridade no tratamento dessa questão que envolve a Polícia Federal. Os números falam por si sós, não há muito o que acrescentar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou conceder a palavra aos expositores para responderem às perguntas da Deputada Perpétua Almeida, lembrando que temos 2 problemas: um problema para 2004 e outro para 2003, que o Deputado Jorge Bittar não vai resolver. Temos que continuar o trabalho juntamente com esse grupo de diligência para resolver o problema deste ano. O Deputado Jorge Bittar vai tentar nos ajudar a resolver o problema de 2004, para que, quando chegarmos ao próximo ano, não tenhamos os mesmo problemas enfrentados neste ano pela Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Mas vamos ajudar indiretamente, fazendo a recomendação, seja ao Ministro da Justiça, seja ao Presidente da República, seja ao Ministro do Planejamento para que se consiga reforçar ainda mais as dotações da Polícia Federal este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Atendendo à solicitação do Deputado Jorge Bittar, que terá de ausentar-se, vamos passar a palavra ao Deputado Antonio Carlos Biscaia para fazer suas perguntas aos expositores. O Deputado Jorge Bittar tem preferência para responder, tendo em vista seus compromissos. Em seguida ouviremos os demais expositores.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não pretendo interpelar os convidados, mas apenas fazer uma intervenção, porque não tenho dúvida de que todos temos consciência da importância da Polícia Federal. No nosso programa de Governo — Governo que o povo brasileiro consagrou nas urnas do Presidente Lula — estava como prioridade as ações da Polícia Federal. Então, é lamentável que a situação tenha chegado a essa ponto.

Este não é o momento de se procurar responsabilidades no passado ou justificativas. O importante é o encaminhamento de soluções, pois não é possível que a Polícia Federal não tenha combustível para seus veículos ou que um delegado de Polícia Federal tenha de transportar um preso, por ordem judicial, no seu próprio veículo. Essas situações são inadmissíveis em uma Polícia Federal de excelência como a nossa, que tem prestado inestimáveis serviços ao País.



Em relação ao Deputado Jorge Bittar, nada tenho a expor, porque não tenho dúvida de que S.Exa., pela compreensão que tem dessa situação, tudo fará para atender aos reclamos da Polícia Federal.

Em primeiro lugar, peço ao Dr. Alciomar Goersch esclarecimento sobre a paralisação do projeto Pró-Amazônia/PROMOTEC. Em segundo lugar, em sintonia com o SIPAM/SIVAM, qual a repercussão da redução de investimentos do Departamento da Polícia Federal no sucesso de ações de combate à criminalidade organizada na Amazônia? Em terceiro lugar, havendo liberação dos recursos necessários ao Departamento de Polícia Federal, as ações de modernização ainda poderiam ser executadas?

Solicito ainda esclarecimento ao apresentado em relação aos recursos humanos. Foi apontado o ingresso de 5.300 policiais e a aposentadoria de 895, em 4 anos. Esse ingresso pressupõe novas admissões, sem prejuízo do quadro atual. A posição do quadro atual da Polícia Federal em recursos humanos não ficou muito clara naquela projeção.

Quero cumprimentar o Dr. Francisco Garisto. Não tenho dúvida de que sua posição na qualidade de Presidente da Federação é a favor da instituição e do aprimoramento dos seus servidores.

Quero assinalar que há quase um consenso nesta Comissão sobre as emendas de Comissão: elas são 5, mas poderão ser reduzidas a 2. Haverá consenso dos Deputados que integram esta Comissão no sentido de que pelo menos uma emenda desta Comissão seja destinada à Polícia Federal, sem prejuízo de iniciativas individuais. Se houver acréscimo nos valores de cada Parlamentar para 2 milhões ou o que for, ainda que sejam indicações pequenas, poderão ser encaminhadas para que os Deputados possam também apresentar emendas individuais a algum projeto. O valor é muito inferior, mas pode existir algo que atenda a alguma emergência de unidade da Polícia Federal em torno de 100 mil reais ou 200 mil reais

Era esta a intervenção que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tendo em vista que não existe nenhuma pergunta formulada diretamente ao Deputado Jorge Bittar e também



os compromissos já assumidos em outros órgãos desta Casa, vou conceder a palavra a S.Exa. para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Quero apenas reiterar que foi um prazer comparecer à Comissão de Segurança Pública para tratar de tema tão relevante, qual seja, o orçamento da Polícia Federal.

Lidamos com um ambiente de fortes restrições. Temos de pensar no País como um todo, mas o tema segurança pública ganha enorme importância atualmente. Realizar um trabalho eficaz de combate ao crime organizado no País é fundamental, e essa é a grande missão da Polícia Federal no País.

Na condição de Deputado e, em especial, na de Relator da matéria, lutarei ao lado de meus companheiros para adequar as dotações orçamentárias deste ano às reais necessidades da Polícia Federal, seja para prover a instituição, no próximo ano, de recursos razoáveis para o custeio dos gastos correntes. seja para os investimentos indispensáveis à sua modernização e reequipagem.

Novamente agradeço a oportunidade de me manifestar e me coloco inteiramente à disposição de todos, ao mesmo tempo em que me solidarizo com os companheiros Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Jorge Bittar a participação conosco neste grupo de trabalho.

Concedo a palavra ao Sr. Alciomar Goersch para responder às perguntas formuladas pela Deputada Perpétua Almeida e pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. ALCIOMAR GOERSCH - Em primeiro lugar, passo às mãos da Relatora a apresentação que fizemos em PowerPoint. *(Pausa.)*

Quanto ao questionamento da Relatora sobre o FUNAPOL, quero dizer que o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal — FUNAPOL foi criado pelo Decreto nº 2.381, de 1997. Uma parte dele é destinada ao custeio da Polícia Federal, outra à realização de investimentos, outra à capacitação e outra ainda ao financiamento de operações.

Neste ano, a previsão de arrecadação é de 120 milhões de reais, sendo que para o custeio são destinados apenas 18 milhões. Essa distribuição é determinada



pelo decreto e, portanto, não podemos alterá-la. Temos 17 milhões para investimentos; 30 milhões para construções; 1,5 milhão para capacitação de policiais e servidores e 35 milhões para operações. O que ainda está permitindo que as operações da Polícia Federal continuem é a parte do FUNAPOL destinada a esse custeio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - V.Sa. disse que a estimativa é de que o Fundo arrecade 120 milhões. Estamos em outubro. Até agora, do valor estimado, quanto foi arrecadado?

O SR. ALCIOMAR GOERSCH- Até agora, arrecadamos 100 milhões.

Outro fato que gostaria de esclarecer é que a Portaria nº 99, do Ministério do Planejamento, limitou os gastos com passagens e diárias para o exercício de 2003 a 60% do que foi executado em 2002. A Polícia Federal, em árduo trabalho com o Ministério da Justiça, conseguiu ser tratada como exceção e garantiu o direito de usar 100% desse valor. Caso contrário, já teríamos parado de trabalhar no meio do ano, pois não poderíamos gastar para não infringir a determinação do Ministério do Planejamento.

Quanto às remoções, objeto de outro questionamento, a Polícia Federal, a exemplo de outras instituições, tem suas normas internas. Temos remoções de ofício, que são de interesse da administração; a pedido do policial; e por permuta, quando um policial troca com outro.

Em face dos cursos de formação na Academia Nacional de Polícia, de 2002 para cá, estão sendo removidos inúmeros policiais, especialmente de áreas inóspitas e de fronteira. Foram expedidas, no ano passado e neste ano, circulares às unidades da Polícia Federal, dando aos policiais interessados em remoção a oportunidade de se manifestarem. Demos prioridade aos que queriam sair, os quais foram atendidos, e abrimos vagas para os novos policiais nas áreas de fronteira.

Outro questionamento foi sobre o projeto Pró-Amazônia/PROMOTEC. Esse projeto tem duração de 6 anos e já está no seu terceiro ano. Apesar disso, ainda não conseguimos executar mais que 65 milhões, devido ao contingenciamento dos recursos. Se o Governo liberasse os recursos de que necessitamos, ou seja, 85 milhões, nós os investiríamos totalmente ainda neste ano.



Já temos todo o detalhamento do projeto e todas as especificações dos equipamentos e sistemas que o Departamento precisa adquirir para melhorar as suas atividades, mas não podemos comprar nada. Só para exemplificar, temos pronto o sistema de comunicação UHF em âmbito nacional, mas não podemos executá-lo. Temos dificuldade porque faltam os equipamentos de comunicação — repetidoras, rádios, rádios móveis e veiculares — e não temos como adquiri-los. A compra desses equipamentos está prevista no projeto. Os valores são altos. O orçamento do Tesouro Nacional não comporta tudo isso. Somente esse financiamento externo nos possibilitaria fazer essas compras.

Há previsão de compra de mais 4 helicópteros — até agora compramos 4, com recursos do Projeto Pró-Amazônia/PROMOTEC. Além disso, compramos 6 Mercedes-Benz blindadas para fazer a segurança de dignitários em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Antes, o Ministério das Relações Exteriores tinha de pedir carros blindados à Mercedes-Benz, porque os dignitários chegam ao Brasil e não aceitam outro carro que não esse. O Ministério alugava os carros para a Polícia Federal prestar segurança e transportar os dignitários.

Precisamos comprar armamentos. Pedimos uma proposta de orçamento — que, no entanto, não pudemos executar — de 10 mil pistolas 9mm para atender ao efetivo da Polícia Federal.

Precisamos de centrais telefônicas para todas as unidades da Polícia Federal. No ano retrasado, compramos centrais telefônicas para São Paulo — que foram instaladas no ano passado —, as quais têm 1.260 ramais e 260 troncos. Precisamos de centrais desse porte para todas as unidades da Polícia Federal.

Reequipagem. Precisamos de vários equipamentos para pára-quedismo, montanhismo, alpinismo, mergulho, primeiros socorros, resgate, operações táticas, antibombas, antimotim, lunetas e binóculos de visão noturna. Tudo isso precisamos adquirir.

Temos que adquirir 850 espingardas calibre 12; 10 mil pistolas automáticas; 350 metralhadoras HK; 12 fuzis de precisão; lanchas para os NEPOMs, unidades que combatem a pirataria nos portos do Brasil; 102 itens para perícia papiloscópica; mais todos os laboratórios para equipar o Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, a saber: laboratório de DNA, laboratório de criminalística, laboratório



de fotografia técnica, laboratório de varredura e segurança de perícias externas, laboratório contábil e merceológico, laboratório de documentoscopia, laboratório de balística forense, entre outros tantos.

Estamos construindo um dos maiores institutos de criminalística em âmbito nacional, o Instituto Nacional de Criminalística do DPF, o nosso conhecido INC, que até agora estava numa acanhada área de 1.400 metros quadrados e será transferido para uma área de 10 mil metros quadrados, onde estarão todos esses laboratórios de última geração. Isso, é claro, se for possível a liberação desses recursos orçamentários, necessários para executarmos o projeto.

Estão à disposição da Polícia Federal 380 milhões nos bancos franceses e alemães, aguardando liberação. Enquanto isso, estamos pagando comissão de permanência, decorrente de cláusula contratual existente no acordo de crédito feito pelo Ministério da Fazenda — e não pela Polícia Federal nem pelo Ministério da Justiça.

Acho que respondi aos questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço a participação do Sr. Alciomar Goersch.

Os expositores foram bem claros ao apresentar suas propostas e respostas às diversas indagações feitas. Não houve controvérsia nas exposições. Ficou bem esclarecida a real situação do órgão neste momento, a qual consideramos um problema muito sério, que tem de ser resolvido.

Esta Comissão prontamente designou este grupo para acompanhar o problema desse órgão, encontrar uma forma de ajudá-lo a resolver esse problema de 2003 e evitar que o mesmo ocorra em 2004.

Esse grupo vai concluir o seu trabalho e apresentar o relatório a esta Comissão. Posteriormente, teremos uma audiência com o Ministro da Justiça para tratar deste assunto específico.

Devido à convocação de sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, teremos de encerrar esta reunião em breve.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Carlos Garisto, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, para suas considerações finais.



S.Sa. dispõe de 3 minutos.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Em primeiro lugar, agradeço esta Comissão, única que se dispôs a nos ouvir em um momento de penúria, quando estávamos com grandes problemas. Parece-me que, depois da audiência da semana retrasada, foram liberados 25 ou 28 milhões de reais, o que deu pelo menos para pagar os miseráveis que batiam à nossa porta para cobrar os atrasados. Então, já valeram o nosso trabalho e o nosso desprendimento de estar aqui, juntamente com V.Exas., que têm muito mais o que fazer também.

Este é o espaço de que precisamos para mostrar a realidade dos fatos, e não um quadro maquiado.

Em relação ao Pró-Amazônia/PROMOTEC, acredito que seja um dos acordos mais perniciosos que o Brasil já fez em termos de política internacional. Pagamos juros, porque isso não se trata de recursos doados, mas de empréstimo. Todos os anos pagamos os serviços da dívida. Acho que já pagamos mais de 100 milhões. E o pior: só podemos adquirir produtos da França e da Alemanha, normalmente porcarias, que talvez não sirvam para quase nada. Se o Brasil começar a fazer isso com a Bolívia e com o Paraguai, vamos acabar com a nossa dívida externa. Eles nos obrigam a comprar somente desses países, a não ser que não haja similar.

Estamos comprando computadores de marcas boas, mas já ultrapassados, e por preço mais elevado do que o mercado pode oferecer. Compramos Renault, que é uma beleza. Quem não quer andar de Renault? Nada tenho contra a marca, só que andar de Renault lá na beira do rio, na barranca do BV8, na fronteira entre Brasil e Venezuela, sem ter dinheiro para trocar uma pastilha de freio, é complicado. Está todo mundo de Scénic, de Megane, tudo muito bonito, mas precisávamos mesmo era de um Fusquinha, que pode ser consertado ali na esquina. Dava para comprar 200 carros, ao invés de 10. Mas só podemos gastar com produtos comprados da França e da Alemanha, e estamos pagando serviços da dívida. Isso tem que ser revisto.

Além de tudo, ainda temos de pedir licença para eles. A Polícia paga até o aluguel da empresa que faz esse gerenciamento, a SOFREMI, aquela mesma empresa que andou dando problemas por aí. Temos de repensar essas coisas.



Espero que este espaço continue aberto para sempre podermos vir aqui e mostrar a verdade dos fatos — não números bonitinhos, nem projetos que fazem a nossa Polícia parecer o FBI, quando, na verdade, não é bem assim. O serviço que é feito hoje e foi aqui elogiado por vários dos senhores deve-se muito mais ao policial federal do que à instituição em si, porque é abstrato. Quem faz esse trabalho é o policial, que é um abnegado, que está trabalhando com dinheiro do próprio bolso. O Diretor que aqui está sabe que isso é verdade, porque, quando viaja a trabalho, vai sem dinheiro da instituição e tem que pagar tudo do próprio bolso. Não adianta me desmentir.

Presto aqui minha homenagem aos policiais federais. Todas as vezes que venho a esta Casa recebo elogios pela atuação da Polícia Federal. Entretanto, o orçamento do ano que vem vai provocar a mesma choradeira. No ano que vem, talvez nesta data, estaremos aqui sendo ouvidos novamente, porque, pelo que foi visto, só havia zeros. Vai aumentar só um pouquinho o nosso orçamento.

Então, despeço-me dos senhores dizendo: até o ano que vem, quando estaremos aqui chorando as pitangas novamente. Então, a Polícia Federal estará fazendo greve por falta de orçamento, e todos nós estaremos aqui para fazer explicações novamente.

A Federação Nacional dos Policiais Federais sempre estará à disposição para esclarecer a verdade dos fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Sr. Francisco Carlos Garisto a participação.

Concedo a palavra ao Sr. Alciomar Goersch, para as suas considerações finais. Em seguida, encerrarei esta audiência pública.

O SR. ALCIOMAR GOERSCH - Quero deixar bem claro que a situação da Polícia Federal ainda não está solucionada. Nós não recebemos 28 milhões. Com a publicação do decreto presidencial, que sai hoje da SOF para a Casa Civil, receberemos 12 milhões de reais, que poderemos usar imediatamente. No entanto, a nossa dívida é de 33 milhões. Com esses recursos, portanto, vamos somente amenizar a situação, para não deixar vencer 4 faturas, pois, se isso acontecer, o



serviço será suspenso — contratualmente, pela Lei de Licitações, a empresa pode suspender a prestação de serviços quando vencerem 3 faturas sem pagamento.

Por isso, pedimos aos Srs. Parlamentares que nos apoiem, votando o crédito suplementar de 103 milhões, que, com os 12 milhões que deveremos receber por esses dias, somarão 115 milhões, os quais nos permitirão cumprir satisfatoriamente, até o final de dezembro, nossos compromissos com os fornecedores. A nossa média de custeio é 20 milhões de reais mensais.

Queremos dizer também que, com aqueles 5 milhões de investimentos do FUNAPOL aqui mencionados, estamos adquirindo 75 viaturas com tração nas 4 rodas, apropriadas para as Regiões Norte e Centro-Oeste. São aquelas camionetes altas, grandes, próprias para essas regiões. Os carros da marca Renault não foram adquiridos para a Amazônia. Foram comprados após a realização de licitação aqui em Brasília, vencida pela Renault, por ter apresentado o menor preço.

Deixo aos Srs. Parlamentares este apelo para que nos ajudem, votando com a máxima celeridade possível esse crédito, para não ficarmos na penúria novamente.

Agradeço a possibilidade de participar desta reunião e a gentileza de nos permitirem mostrar a situação por que passa a nossa instituição. Infelizmente, estamos vivendo este difícil momento. Não paralisamos totalmente nossas atividades por causa da abnegação dos nossos servidores, que têm dedicado o máximo de esforços ao trabalho, pagando do seu próprio bolso as despesas realizadas em serviço, para receberem em 2 ou 3 meses as diárias correspondentes.

Coloco a nossa instituição à disposição da Comissão para qualquer perquirição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em nome do grupo de trabalho da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, agradeço ao Sr. Francisco Carlos Garisto, ao Sr. Alciomar Goersch e ao Deputado Jorge Bittar, que muito nos honraram com sua presença e participação nesta reunião.



Agradeço também aos representantes dos Estados e aos policiais federais que estão participando desta audiência e que têm enviado ao grupo de trabalho as informações necessárias para que possamos desenvolver nossa tarefa.

A agenda das nossas diligências e a planilha de trabalho durante os próximos dias estão à disposição de todos.

Reafirmo o compromisso deste grupo e da Comissão de Segurança de trabalhar como parceiros dos policiais federais, assim como estamos sendo parceiros das outras Polícias do País, para ajudar a resolver os problemas da instituição no que diz respeito ao orçamento ou pelo menos amenizá-los.

Esta Comissão se compromete a apresentar uma emenda de Comissão destinados maiores recursos para Polícia Federal. O grupo já fez essa reivindicação ao Deputado Moroni Torgan, que é da área, sabe da importância da instituição, está comprometido com a categoria, e S.Exa. prontamente se prontificou a atender a essa reivindicação, que é também sua. E o Relator já deixou aberto o canal para acatar a emenda apresentada por esta Comissão.

Finalmente, informo que a reunião ordinária da Comissão foi cancelada, tendo em vista a convocação de sessão extraordinária, e foi transferida para terça-feira, às 14h30min, aqui no Plenário 6.

Que Deus abençoe a todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a reunião.